



# Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ nº 47.509.120/0001-82  
Sede: Cidade de Deus, s/n - Prédio Prata 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2013, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O bom desempenho da Empresa está sedimentado na forma de atuação plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégias de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, bem como implementando acordos operacionais com grandes fabricantes, principalmente nos setores de veículos pesados e de máquinas e equipamentos, destacando-a como uma das principais arrendadoras no mercado nacional, e com excelente atuação no arrendamento de aeronaves executivas e helicópteros.

Em 17 de abril de 2013, a Bradesco Leasing comunicou ao mercado o encerramento da distribuição pública das debêntures referente 7ª Emissão Pública de Debêntures nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada, elevada em 15 de outubro de 2012, nos termos da Instrução da CVM nº 400, no montante de R\$ 10,0 bilhões, na data de emissão, com valor unitário de R\$ 10,00. No fim do semestre, a Instituição possuía 611.862 debêntures de sua própria emissão em tesouraria.

A Bradesco Leasing não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos.

No final do semestre, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 180,066 milhões, correspondendo a R\$ 7.667,64 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 4,459 bilhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 8,36% sobre o PL médio.

Em 30 de junho, o total de Ativos somava R\$ 75.716 bilhões, destacando-se R\$ 48,775 bilhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez. R\$ 5,712 bilhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, a valor presente. O total de Captações, estava representado por R\$ 66,456 bilhões de Debêntures e R\$ 228,543 milhões de FINAME e o saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado representava R\$ 3,220 bilhões.

No semestre, a Bradesco Leasing, em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. Outros serviços prestados pelos auditores externos foram de assistência no atendimento de requerimentos relacionados a assuntos fiscais. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. Resumo da exposição justificativa do Auditor Independente: no entendimento de nossos Auditores Independentes, a prestação dos serviços descritos acima não afeta a independência e nem a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa efetuada na Bradesco Leasing, conforme definições da regulamentação em vigor e é mencionada pelo auditor.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 19 de julho de 2013.

Diretora

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		2013		2012	
<b>ATIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>		63.162.505	52.572.571	52.572.571	52.572.571
DISPONIBILIDADES (Nota 4)		11.721	34	34	34
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)		45.573.658	29.549.417	29.549.417	29.549.417
Aplicações no Mercado Aberto		27.844.376	24.541.496	24.541.496	24.541.496
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		17.729.274	5.007.975	5.007.975	5.007.975
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)		17.417.548	22.934.180	22.934.180	22.934.180
Carteira Própria		17.350.279	22.870.438	22.870.438	22.870.438
Vinculados à Prestação de Garantias		67.269	53.742	53.742	53.742
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)		(147.501)	(173.486)	(173.486)	(173.486)
- Setor Público		-	1.379	1.379	1.379
- Setor Privado		2.610.969	3.085.259	3.085.259	3.085.259
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil		(2.500.990)	(2.971.732)	(2.971.732)	(2.971.732)
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa		(88.029)	(92.817)	(92.817)	(92.817)
OUTROS CREDITOS		265.032	207.566	207.566	207.566
Rendas a Receber (Nota 8a)		32	2.903	2.903	2.903
Diversos (Nota 8b)		265.000	204.663	204.663	204.663
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(89)	(84)	(84)	(84)
OUTROS VALORES E BENS		42.055	54.816	54.816	54.816
Outros Valores e Bens		(4.200.510)	(3.200.510)	(3.200.510)	(3.200.510)
Provisões para Desvalorizações		(48.454)	(34.204)	(34.204)	(34.204)
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		3.681.055	13.466.399	13.466.399	13.466.399
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)		3.201.834	13.008.888	13.008.888	13.008.888
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		3.201.834	13.008.888	13.008.888	13.008.888
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)		(194.663)	(226.152)	(226.152)	(226.152)
Operações de Arrendamentos a Receber:					
- Setor Público		3.102.675	3.842.746	3.842.746	3.842.746
- Setor Privado		(3.102.137)	(3.842.234)	(3.842.234)	(3.842.234)
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa		(195.201)	(226.864)	(226.864)	(226.864)
OUTROS CREDITOS		673.079	873.079	873.079	873.079
Diversos (Nota 8b)		673.152	683.227	683.227	683.227
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(73)	(136)	(136)	(136)
OUTROS VALORES E BENS		865	865	865	865
Despesas Antecipadas		805	472	472	472
<b>PERMANENTE</b>		8.872.344	9.934.196	9.934.196	9.934.196
INVESTIMENTOS (Nota 9)		46.065	39.324	39.324	39.324
Participações em Coligadas (17):					
- No País		39.250	32.509	32.509	32.509
Outros Investimentos		26.394	26.394	26.394	26.394
Provisões para Perdas		(19.579)	(19.579)	(19.579)	(19.579)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)		5.163	6.057	6.057	6.057
Imóveis de Uso		11.111,16	11.111,16	11.111,16	11.111,16
Reservações de Imóveis de Uso		13.939	13.939	13.939	13.939
Outras Imobilizações de Uso		155	155	155	155
Depreciações Acumuladas		(20.658)	(18.553)	(18.553)	(18.553)
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Notas 7h e 10)		8.821.116	9.888.815	9.888.815	9.888.815
Bens Arrendados		13.109.726	13.980.287	13.980.287	13.980.287
Depreciações Acumuladas		(4.288.610)	(4.091.472)	(4.091.472)	(4.091.472)
<b>TOTAL</b>		75.715.904	75.793.166	75.793.166	75.793.166

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil		2013		2012	
<b>PASSIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>		2.019.835	2.017.765	2.017.765	2.017.765
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12)		97.891	136.169	136.169	136.169
OUTRAS OBRIGAÇÕES		1.918.944	1.971.596	1.971.596	1.971.596
Sociais e Estatutárias		180.977	79.459	79.459	79.459
Físicas e Previdenciárias (Nota 14a)		510.900	566.208	566.208	566.208
Diversas (Nota 14b)		1.227.067	1.323.931	1.323.931	1.323.931
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		69.239.920	64.232.181	64.232.181	64.232.181
RECURSOS DE DEBÊNTURES DE TÍTULOS (Nota 11)		66.456.117	61.381.359	61.381.359	61.381.359
Recursos de Debêntures		66.456.117	61.381.359	61.381.359	61.381.359
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12)		128.652	177.390	177.390	177.390
FINAME		1.227.067	1,227,067	1,227,067	1,227,067
OUTRAS OBRIGAÇÕES		2.655.151	2,673,441	2,673,441	2,673,441
Físicas e Previdenciárias (Nota 14a)		580.423	561.096	561.096	561.096
Diversas (Nota 14b)		2.074.728	2.112.343	2.112.343	2.112.343
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 15)</b>		4.459.149	9.833.220	9.833.220	9.833.220
Capital:					
- De Domiciliados no País		2.290.000	2.127.800	2.127.800	2.127.800
Reservas de Lucros		2.169.133	7.505.420	7.505.420	7.505.420
Ajustes de Avaliação Patrimonial		16	11	11	11
<b>TOTAL</b>		75.715.904	75.793.166	75.793.166	75.793.166

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		2013		2012	
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		4.974.175	5.077.920	5.077.920	5.077.920
Operações de Crédito		36.856	32.120	32.120	32.120
Operações de Arrendamento Mercantil		1.826.120	1.970.240	1.970.240	1.970.240
Resultado de Operações em Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)		2.125.199	2.075.560	2.075.560	2.075.560
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		3.700.485	4.432.516	4.432.516	4.432.516
Operações de Captações no Mercado (Nota 11c)		2.230.151	2.880.213	2.880.213	2.880.213
Operações de Emprestimos e Financiamentos		5.399	10.307	10.307	10.307
Operações de Arrendamento Mercantil		1.499.345	1.526.148	1.526.148	1.526.148
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f e g)		(34.905)	15.654	15.654	15.654
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		1.243.690	645.404	645.404	645.404
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(34.743)	(52.339)	(52.339)	(52.339)
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)		(15.215)	(16.452)	(16.452)	(16.452)
Despesas Tributárias (Nota 17)		(20.665)	(20.665)	(20.665)	(20.665)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)		921	1.231	1.231	1.231
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)		25.907	26.422	26.422	26.422
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)		(25.691)	(27,617)	(27,617)	(27,617)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		338.947	593.065	593.065	593.065
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)</b>		(14.689)	(19.852)	(19.852)	(19.852)
<b>RESULTADO ANTES DO IMPÓSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		324.258	373.213	373.213	373.213
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)		(144.118)	(238,649)	(238,649)	(238,649)
<b>Lucro Líquido</b>		180.066	334.564	334.564	334.564
Número de ações (Nota 15a)		23.422	23.422	23.422	23.422
Lucro por ação em R\$		7.667,64	14.284,18	14.284,18	14.284,18

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		2013		2012	
<b>Eventos</b>		Capital Social	Reservas de Lucros	Patrimônio Líquido	Lucros Acumulados
<b>Saldos em 31.12.2011</b>		7.127.800	157.848	2.092.456	16
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	(9)	(5)
Lucro Líquido		-	-	-	334.564
Destinações - Reservas:		-	16.728	238.377	(255.105)
- Dividendos Propostos		-	-	-	(79.459)
<b>Saldos em 30.6.2012</b>		7.127.800	174.576	2.330.833	11
<b>Saldos em 31.12.2012</b>		1.627.800	186.945	2.507.093	19
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	(3)	(3)
Aumento de Capital com Reservas		662.200	-	(662.200)	-
Lucro Líquido		-	-	-	180.066
Destinações - Reservas:		-	9.003	128.292	(137.295)
- Dividendos Propostos		-	-	-	(42.765)
<b>Saldos em 30.6.2013</b>		2.290.000	195.948	1.973.185	16

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		2013		2012	
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>					
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		324.258	373.213	373.213	373.213
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos		1.473.489	1.533.785	1.533.785	1.533.785
Provisão/(Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa		(34.905)	15.654	15.654	15.654
Depreciações e Amortizações		1.194.751	1.513.779	1.513.779	1.513.779
Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais		7.816	7.410	7.410	7.410
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		921	1.231	1.231	1.231
Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio		(201)	(22,837)	(22,837)	(22,837)
Provisão para Desvalorização de Bens não de Uso Próprio		2.589	745	745	745
Instituição/(Supervenção) de Depreciação		(201)	(22,837)	(22,837)	(22,837)
Resultado de Operações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)		921	1.231	1.231	1.231
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)		25.907	26.422	26.422	26.422
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)		(25.691)	(27,617)	(27,617)	(27,617)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		338.947	593.065	593.065	593.065
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)</b>		(14.689)	(19.852)	(19.852)	(19.852)
<b>RESULTADO ANTES DO IMPÓSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		324.258	373.213	373.213	373.213
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)		(144.118)	(238,649)	(238,649)	(238,649)
<b>Lucro Líquido</b>		180.066	334.564	334.564	334.564
Número de ações (Nota 15a)		23.422	23.422	23.422	23.422
Lucro por ação em R\$		7.667,64	14.284,18	14.284,18	14.284,18

continuação

# Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil Leasing

Empresa da Organização Bradesco  
CNPJ 47.509.120/0001-82  
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As operações negociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As negociações que já haviam sido baixadas contábilmente a provável e que estavam controladas em termos de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

**h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)**  
Os créditos tributários do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superavaliação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para a superavaliação de depreciação é aplicada somente a alíquota-base de imposto de renda. Os créditos tributários serão reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pelo grupo.  
A provisão para imposto de renda é constituída a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.  
Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.  
De acordo com a Lei nº 11.241/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas contabilizadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelas artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da aplicação das mencionadas leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

**i) Despesas antecipadas**  
São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. São registrados no resultado de acordo com o princípio da entidade.  
Os custos incorridos que não foram reconhecidos, que geram receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.  
**l) Investimentos**  
Os investimentos em empresas coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.  
Os investimentos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.  
**k) Imobilizado**  
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decréscimos de operações que transfiram os riscos, benefícios e custos dos bens para a entidade.  
É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso/residência - 4% ao ano; móveis de utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de telecomunicações - 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 50% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.  
**l) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)**  
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.  
Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.  
**m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 5.829/09 do CVM e pela Deliberação CVM nº 54/09, sendo:  
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação em termos de compensação com outro passivo exatível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de efeito é provável, são divulgados nas notas explicativas;  
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Disponibilidades em moeda nacional

	2013	2012
Total disponibilidades (caixa)	11.721	34
Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais	11.721	34
Total caixa e equivalentes de caixa (1)	12.454.961	9.889.922
Total caixa e equivalentes de caixa	12.466.882	9.889.957

(1) Referem-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2013	2012
Aplicações no mercado aberto:		
Posição bancada (1)	6.451.032	3.284.529
Debitários	4.301.105	3.284.529
Letras do tesouro nacional	2.149.927	-
Outro	102.357	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros:	8.000.000	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (2)	8.000.000	-
Total em 2013	14.451.032	3.284.529
Total em 2012	12.411.480	1.298.239

Aplicações no mercado aberto

	2013	2012
Posição bancada (1)	6.451.032	3.284.529
Debitários	4.301.105	3.284.529
Letras do tesouro nacional	2.149.927	-
Outro	102.357	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros:	8.000.000	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (2)	8.000.000	-
Total em 2013	14.451.032	3.284.529
Total em 2012	12.411.480	1.298.239

(1) Prazo dos papéis que estão lastreados as operações.  
(2) Recettes de aplicações interfinanceiras de liquidez classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

Rendas de aplicações em operações compromissadas

	2013	2012
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Subtotal	850.631	1.405.757
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	850.631	1.405.757
Subtotal	736.467	1.100.488
Total (Nota 6c)	1.587.098	2.506.245

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	2013	2012
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	1.587.098	2.506.245
Títulos de renda fixa	622.800	566.394
Fundos de investimento	2.212.199	3.075.560
Total	4.422.107	6.148.199

Resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	2013	2012
Operações de arrendamento mercantil	305.058	242.703
Outros créditos (1)	261	258
Total em 2013	305.319	242.961
Total em 2012	340.732	282.609

(1) Valor residual garantido (Nota 14b)  
Destaques de valor presente: 5.712.106

Carteiras e prazos

	2013	2012
Operações de arrendamento mercantil	305.058	242.703
Outros créditos (1)	261	258
Total em 2013	305.319	242.961
Total em 2012	340.732	282.609

Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis

	2013	2012
Operações de arrendamento mercantil	305.058	242.703
Outros créditos (1)	261	258
Total em 2013	305.319	242.961
Total em 2012	340.732	282.609

Parcelas vencidas

	2013	2012
Operações de arrendamento mercantil	22.128	18.267
Outros créditos (1)	12.605	22.712
Total em 2013	24.989	20.269
Total em 2012	24.989	20.269

Concentração de operações de arrendamento mercantil e outros créditos

	2013	2012
Operações de arrendamento mercantil	305.058	242.703
Outros créditos (1)	261	258
Total em 2013	305.319	242.961
Total em 2012	340.732	282.609

Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Curso normal	Curso anormal	Total (1)	%	2012	%
A.A.	0,5	433.278	-	433.278	7,6	-	-
B.	1,0	1.247.736	3.463	1.251.199	21,9	1.247.736	21,9
C.	3,0	3.208.975	9.687	3.218.662	57,7	3.208.975	57,7
Subtotal		4.947.213	64.050	5.011.263	87,2	4.947.213	87,2
D.	10,0	183.984	125.393	309.377	5,4	1.345	11,94
E.	30,0	20.435	43.651	64.086	1,1	1.077	9,53
F.	50,0	26.471	37.723	64.194	1,1	1.509	13,235
G.	70,0	6.912	28.844	35.756	0,6	4.435	15,756
H.	100,0	176.872	176.872	353.744	6,2	11.077	129,246
Subtotal		293.774	412.489	706.263	12,3	64.983	788,574
Total em 2013		5.240.987	176.872	5.417.859	100,0	65.147	176,872
Total em 2012		6.095.911	576.713	6.672.624	100,0	67.077	199,342

Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco (continuação)

	2013	2012
Operações de arrendamento mercantil	305.058	242.703
Outros créditos (1)	261	258
Total em 2013	305.319	242.961
Total em 2012	340.732	282.609

# Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/001-82  
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



## g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2013	Em 30 de junho - R\$ mil	2012
Saldo Inicial	499.668	510.436	510.436
(Reversão)/constituição de provisão	(34.905)	15.654	15.654
Baixas para prejuízo	(11.920)	(10.806)	(10.806)
Saldo final	452.843	515.284	515.284
- Provisão específica (1)	243.417	266.419	266.419
- Provisão genérica (2)	209.426	248.865	248.865
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (3)	36.856	32.120	32.120
Renegociação de créditos no semestre	68.457	82.764	82.764

- (1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;  
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e  
(3) Registrada em recargas de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

## h) O Imobilizado de arrendamento é composto como segue:

	2013	Em 30 de junho - R\$ mil	2012
Veículos e afins	7.342.380	6.367.061	6.367.061
Máquinas e equipamentos	3.644.720	3.846.938	3.846.938
Outros	1.961.684	1.629.752	1.629.752
Perdas em arrendamentos a amortizar (liquida) (Nota 3g - IV)	140.842	146.536	146.536
<b>Total de bens arrendados</b>	<b>13.109.726</b>	<b>13.980.287</b>	<b>13.980.287</b>
Depreciação acumulada de bens arrendados	(7.183.322)	(7.210.266)	(7.210.266)
Superveniência de depreciação (Nota 3g - V)	2.891.112	3.118.112	3.118.112
<b>Total da depreciação acumulada</b>	<b>(4.288.610)</b>	<b>(4.092.154)</b>	<b>(4.092.154)</b>
<b>Imobilizado de arrendamento</b>	<b>8.821.116</b>	<b>9.888.131</b>	<b>9.888.131</b>

## 9) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social	Lucro líquido ajustado	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
			Ações	Cotas			2013	2012	2013	2012
Aquarius Holdings Ltda	32.658	65.434	257	3.368	19.500	1.438	12.705	12.196	280	346
Servi Participações em Imóveis S.A.	212.000	1.517.313	257	1.781	35.992	26.490	20.313	641	865	865
<b>Total</b>							<b>39.250</b>	<b>32.509</b>	<b>921</b>	<b>1.231</b>

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicável.

## b) Outros investimentos

	2013	Em 30 de junho - R\$ mil	2012
Aplicações por incentivos fiscais	25.988	25.988	25.988
Títulos patrimoniais	3	3	3
Outros investimentos	403	403	403
Subtotal	26.394	26.394	26.394
Provisão para perdas em outros investimentos	(19.579)	(19.579)	(19.579)
<b>Total</b>	<b>6.815</b>	<b>6.815</b>	<b>6.815</b>

## 10) IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO

	Taxa	Custo	Depreciação		Em 30 de junho - R\$ mil
			2013	2012	
Inóvveis de uso:					
- Terrenos		2.714	(19.894)	2.714	2.714
- Edifícios	4%	22.343	(19.894)	2.440	3.343
Outras imobilizações de uso	20%	155	(155)	-	-
Imobilizado de arrendamento		13.109.726	(4.288.610)	8.821.116	9.888.815
<b>Total em 2013</b>		<b>13.134.939</b>	<b>(4.308.659)</b>	<b>8.826.279</b>	<b>9.888.815</b>
<b>Total em 2012</b>		<b>14.005.499</b>	<b>(4.110.627)</b>	<b>9.894.872</b>	<b>9.894.872</b>

## 11) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS - DEBÊNTURES

a) A sociedade mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais créditos, remuneradas pela variação dos "Certificados de Depósitos Interfinanceiros", conforme segue:

Emissão	Valor da operação	Vencimento	Remuneração	Em 30 de junho - R\$ mil	
				2013	2012
Fevereiro/2005 (1)	4.000.000	2025	100% CDI	10.236.168	9.548.834
Fevereiro/2005 (2)	4.050.000	2025	100% CDI	10.058.189	9.688.195
Fevereiro/2005 (3)	6.775.000	2025	100% CDI	16.938.585	20.477.565
Janeiro/2008 (4)	6.750.000	2028	100% CDI	11.441.858	10.673.565
Junho/2011 (5)	4.750.000	2016	100% CDI	5.650.947	5.271.500
Junho/2011 (6)	4.750.000	2021	100% CDI	5.453.426	5.271.500
Outubro/2012 (6) (Nota 1)	10.000.000	2032	100% CDI	4.195.571	-
<b>Total</b>	<b>43.075.000</b>			<b>66.456.117</b>	<b>61.381.350</b>

Sob nº CVM/SRE/PRO/2005/004, em 15 de abril de 2005, foi arquivado na CVM o Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 5 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 31 de março de 2009 a seguinte emissão:

(1) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/017, simples, 40.000.000 (1ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,0 bilhões com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures.

(2) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/045, simples, 30.000.000 (3ª emissão), com uma utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,05 bilhões, com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures.

(3) Sob nº CVM/SRE/PRO/2005/003, em 28 de junho de 2006, foi arquivado na CVM o Segundo Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 18 de dezembro de 2008 a seguinte emissão:

(4) Sob nº CVM/SRE/DEB/2006/024, simples, 65.000.000 (1ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 8,8 bilhões, com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2013 contemplava 11.892.389 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 3,0 bilhões.

(5) Sob nº CVM/SRE/PRO/2006/002, em 17 de janeiro de 2006, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 31 de março de 2009 a seguinte emissão:

(6) Sob nº CVM/SRE/DEB/2006/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2006, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6,75 bilhões, com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures.

(7) Simples, 190.000.000 (6ª emissão, duas séries, sendo 95.000.000 cada série), com valor unitário de R\$ 50,00, com data de emissão em 20 de junho de 2011, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 9,5 bilhões, com prazo de 5 anos a 1ª série e 10 anos a 2ª série, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures.

(8) Sob nº CVM/SRE/DEB/2012/023, em 17 de outubro de 2012, foi registrado na CVM a 7ª emissão de 1.000.000.000 de Debêntures simples, com valor unitário de R\$ 10,00, com data de emissão em 15 de outubro de 2012, perfazendo o valor de R\$ 10,0 bilhões, com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2013 contemplava 600.000.000 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 6,2 bilhões.

## b) Repactuação de debêntures

Em 2 de janeiro de 2013, houve a repactuação das debêntures, relativa à 5ª emissão com vencimento para 2028, conforme AGE do Conselho de Administração, realizada em 4 de dezembro de 2012, deliberando:

I - Juros Remuneratórios: a partir de 2 de janeiro de 2013 e até 2 de janeiro de 2028, as Debêntures renderão juros equivalentes à variação acumulada de 100% (cento por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia em Unimão (Taxa DI), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, incidente sobre o valor nominal da debênture, *pro rata temporis*; e

II - Estancor: que permitam inalteradas todas as demais características das Debêntures.

## c) Despesas de Debêntures

O montante de despesas de atualização das operações de debêntures no período somou R\$ 2.230.151 mil (2012 - R\$ 2.880.213 mil), apropriadas em contas de resultado.

## 12) OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAIS

### a) Obrigações por repasses

	Em 30 de junho - R\$ mil									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	2013	2012	2013	2012
FINAME	10.357	9.195	33.944	44.395	102.365	26.287	226.543	313.599	10.357	9.195
<b>Total em 2013</b>	<b>10.357</b>	<b>9.195</b>	<b>33.944</b>	<b>44.395</b>	<b>102.365</b>	<b>26.287</b>	<b>226.543</b>	<b>313.599</b>	<b>10.357</b>	<b>9.195</b>
%	4,6	4,0	15,0	19,6	45,2	11,6	100,0	100,0	4,6	4,0
<b>Total em 2012</b>	<b>14.700</b>	<b>12.935</b>	<b>47.634</b>	<b>60.900</b>	<b>137.047</b>	<b>40.343</b>	<b>313.559</b>	<b>313.559</b>	<b>14.700</b>	<b>12.935</b>
%	4,7	4,1	15,2	19,4	43,7	12,9	100,0	100,0	4,7	4,1

O montante de despesas de operações FINAME no período somou R\$ 5.894 mil (2012 - R\$ 10.501 mil), apropriadas em contas de resultado.

### b) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses

O montante de despesas de operações FINAME no período somou R\$ 5.894 mil (2012 - R\$ 10.501 mil), apropriadas em contas de resultado.

## 13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCALS E PREVIDENCIÁRIAS

### a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - PIS, que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhida nos termos das Disposições Legais nº 4.468/98 e nº 2.419/88, naquilo que exceder o valor devido nos termos da Lei Complementar nº 077/0 (PIS Repique); e b) outros tributos, cuja legalidade ou constitucionalidade está em discussão perante o Conselho de Defesa do Contribuinte.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta o opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da apelo, representado por decêndos judiciais, sobre as quais não cabia recursos, ou sua rescisão.

### i - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

### ii - Processos civis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando o opinião dos assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

### iii - Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais

A Bradesco Leasing vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com o opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e se ocorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

### iv - Principal questão e CFMF - R\$ 108.772 mil (2012 - R\$ 104.170 mil) pleiteia, isoladamente às Instituições Financeiras, a aplicação da alíquota "zero" de CFMF sobre as movimentações financeiras típicas de seu objeto social, relacionadas no artigo 3º das Portarias MF nº 06/97 e 134/99, incoisos I, XIX e XXV.

## IV - Movimentação das provisões

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2013	2012
No início do 1º semestre de 2013	63.271	63.271
Atualização monetária	154	2.380
Constituições líquidas de reversões	41	41
Baixas por pagamento	(18)	(2.345)
<b>No final do 1º semestre de 2013 (Nota 14)</b>	<b>63.347</b>	<b>63.347</b>
<b>No início do 1º semestre de 2012 (Nota 14)</b>	<b>435</b>	<b>64.773</b>

### c) Passivos contingentes classificadas como perdas possíveis

A Bradesco Leasing mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "réu", e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências de jurisprudência e efetivadas, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível, não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação relacionam-se ao ISSQN de empresas de Arrendamento Mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 1.045.429 mil (2012 - R\$ 874.916 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por múltiplos outros que não aqueles onde as empresas estão resultando para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário.

## 14) OUTRAS OBRIGAÇÕES

### a) Fiscais e previdenciárias

	2013	Em 30 de junho - R\$ mil	2012
Provisão para riscos fiscais (Nota 13b)	265.156	224.229	224.229
Provisão para impostos e contribuições diferidas (Nota 22a)	33.783	789.010	835.189
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	33.783	56.780	56.780
Impostos e contribuições a receber	1.374	13.106	13.106
<b>Total</b>	<b>314.123</b>	<b>1.123.304</b>	<b>1.129.304</b>

### b) Diversas

	2013	Em 30 de junho - R\$ mil	2012
Créditos por antecipação de valor residual (Nota 7b)	3.219.527	3.338.955	3.338.955
Provisão para riscos - civis (Nota 13b)	63.347	64.773	64.773
Obrigações por aquisição de bens e serviços	3.928	8.228	8.228
Provisão para riscos - trabalhistas (Nota 13b)	575	435	435
Outras	14.426	23.883	23.883
<b>Total</b>	<b>3.301.785</b>	<b>3.466.274</b>	<b>3.466.274</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Bradesco Leasing apurou no período insuficiência de depreciação no montante de R\$ 208.815 mil (2012 - superveniência de R\$ 12.188 mil) registrada em conta de resultado de arrendamento, sendo R\$ 7.681 mil (2012 - R\$ 10.149 mil) com a realização de superveniência classificada em bens não de uso próprio, em decorrência de reintegração de posse de bens arrendados e R\$ 201.134 mil (2012 - R\$ 23.237 mil) em resultado do período.

## 8) OUTROS CRÉDITOS

### a) Rendas a receber

	2013	Em 30 de junho - R\$ mil	2012
Dividendos	32	2.903	2.903
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>2.903</b>	<b>2.903</b>

### b) Diversos

	2013	Em 30 de junho - R\$ mil	2012
Créditos tributários (Nota 22b)	321.386	328.960	328.960
Devedores por depósitos em garantia	489.689	457.040	457.040
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	103.619	67.531	67.531
pagamentos e ressarcimentos	15.787	15.683	15.683
Devedores por compra de valores e bens			

continuação

# Bradesco Leasing

## Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 47.509.120/0001-82  
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
  - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
  - Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

#### 22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

##### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	324.258	573.213
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% (1)	(129.703)	(229.285)
Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas	369	492
Despesas indutíveis liquadas das receitas não tributáveis	(14.509)	(13.603)
Outros valores	(355)	3.747
<b>Imposto de renda e contribuição social do semestre</b>	<b>(144.198)</b>	<b>(238.649)</b>

(1) Alíquota da Contribuição Social para as empresas do segmento financeiro foi elevada para 15% de acordo com a Lei nº 11.727/08 (Nota 3).

##### b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2013	2012
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(134.139)	(248.341)
Impostos diferidos:		
Constituição (realização) no semestre, sobre adições temporárias	(10.059)	13.279
Utilização de saldos iniciais	-	-
Prejuízo fiscal	-	(3.587)
<b>Total dos impostos diferidos</b>	<b>(10.059)</b>	<b>9.692</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social do semestre</b>	<b>(144.198)</b>	<b>(238.649)</b>

##### c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil	
	Saldo em 31.12.2012	Saldo em 30.6.2013
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	225.296	13.916
Provisões civis	29.308	1.019
Provisões para contingências fiscais e trabalhistas	58.489	209
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	4.877	-
Provisão para desvalorização de bens não de uso	16.564	3.178
Outros valores	909	101
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>331.445</b>	<b>18.423</b>
<b>Total dos créditos tributários (Nota 40)</b>	<b>331.445</b>	<b>18.423</b>
<b>Obrigações fiscais diferidas (Notas 14 e 22)</b>	<b>636.404</b>	<b>52.339</b>
<b>Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas</b>	<b>(504.959)</b>	<b>(33.916)</b>

#### d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho de 2013 - R\$ mil	
	Diferenças temporárias	Total
2013	58.260	92.466
2014	70.884	112.852
2015	64.566	102.865
2016	4.211	6.769
2017	3.988	6.429
2018 (1º Sem.)	65	104
<b>Total</b>	<b>201.984</b>	<b>321.386</b>

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 308.968 mil (2012 - R\$ 317.570 mil) de diferenças temporárias.

#### e) Obrigações fiscais diferidas

As obrigações fiscais diferidas no montante de R\$ 789.010 mil (2012 - R\$ 835.189 mil) são relativas à superavaliação de depreciação R\$ 723.678 mil (2012 - R\$ 779.698 mil), atualização monetária sobre depósitos judiciais R\$ 64.588 mil (2012 - R\$ 54.456 mil) e reserva de reavaliação R\$ 639 mil (2012 - R\$ 905 mil), respectivamente.

#### 23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Conforme previsto no Ofício Circular CVM nº 01/07, a Bradesco Leasing está dispensada de apurar o valor de mercado das operações de arrendamento mercantil, de quais encontram-se registrados, de acordo com a Lei nº 6.092/74, subsidiando, portanto, o balanço patrimonial de arrendamento. O valor contábil dos demais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais em 30 de junho de 2013 equivale, aproximadamente, ao valor de realização desses instrumentos.

b) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil.

c) Os bens de uso da sociedade não estão segurados, estando os possíveis riscos sob a responsabilidade da Instituição.

d) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle, promovendo ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Organização Bradesco.

A Bradesco Leasing, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos dentro, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

e) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários procedimentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.760/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.873/11 - Evento subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conciliatório Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

#### DIRETORIA

#### Conselho de Administração

**Presidente**  
Lázaro de Mello Brandão

**Vice-Presidente**  
Antônio Bomia

**Membros**  
Mário da Silveira Teixeira Júnior  
Luiz Carlos Trabuco Cappi  
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme  
Milton Matsumoto

**Diretor-Presidente**  
Luiz Carlos Trabuco Cappi

#### Diretoria

**Diretores Vice-Presidente**  
Julio de Siqueira Carvalho de Araujo  
Domingos Figueiredo de Abreu  
José Aécio Munhoz  
Aurélio Conrado Boni  
Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente  
Marco Antonio Rossi

**Diretor Gerente e Diretor de Relações com Investidores**  
Luiz Carlos Angelotti

Célio Magalhães  
Contador - CRC 1SP199295/O-5

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil  
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Nossa auditoria envolve a execução de procedimentos razoáveis para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

#### Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superavaliação ou insuflabilidade de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 3º V e 7º. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e receitas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação de saldos mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Outros assuntos

##### Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição, para o semestre findo em 30 de junho de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

KPMG

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Osasco, 19 de julho de 2013

Cleúlio Rogério Sertório  
Contador CRC 1SP212059/O-0



# Kerry tenta defender a espionagem

Secretário de Estado dos EUA, John Kerry, diz que a coleta de informações protegeu os norte-americanos e também outros povos, caso dos brasileiros.

Coobrado tanto pela presidente Dilma Rousseff quanto pelo chanceler brasileiro, Antonio Patriota, o secretário de Estado dos EUA, John Kerry, saiu ontem em defesa da "coleta de informações" promovida pela Casa Branca e disse que a medida ajudou a proteger cidadãos, inclusive brasileiros. Kerry esteve em Brasília, completando o roteiro pela América do Sul, após uma parada na Colômbia, e garantiu que o Brasil receberá as respostas que quiser sobre a interceptação de dados.

"Estamos convencidos que a nossa coleta de informação ajudou a proteger a nossa nação de uma série de ameaças e que também protegeu brasileiros", disse, ao responder à pergunta de jornalistas sobre o programa americano de espionagem, em coletiva de imprensa no Palácio Itamaraty.

"Posso lhes prometer que o presidente Obama está determinado a fazer com que os EUA respeitem os padrões mais elevados de responsabilidade, transparência e compromisso para o desenvolvimento das nossas capacidades de nos protegermos e protegermos outros povos do mundo."

Em audiência com Dilma no Palácio do Planalto, Kerry foi novamente cobrado sobre a necessidade de esclarecer o episódio. Segundo o Grupo Estado apurou, Dilma também pediu ao secretário americano que a Casa Branca dê garantias de que os dados dos brasileiros serão protegidos de qualquer violação. Os dois também trataram da visita ofi-

Dida Sampaio/Estadão Conteúdo



John Kerry (o alto), secretário dos EUA, e o chanceler Patriota, empenhados em contornar a saída justa.

cial que a presidente fará em outubro aos Estados Unidos.

Glenn Greenwald, o jornalista americano do jornal britânico *The Guardian* responsável

Defensiva - Kerry disse aos jornalistas que os "elocrescentes entre o Brasil e os EUA são uma das parcerias essenciais do século 21" e fez um apelo à população brasileira.

"Eu peço que as pessoas fiquem focadas na importância das nossas relações bilaterais."

Patriota citou a polêmica da interceptação de dados na fala inicial: "Como as implicações desse desafio não sejam resolvidas de modo satisfatório corre-se o risco de se projetar uma sombra de desconfiança sobre nosso trabalho."

Segundo Patriota, os esclarecimentos estão sendo solicitados, mas não são um fim em si mesmo: "Ouvir esclarecimentos não significa aceitar o status quo. Precisamos continuar práticas atentatórias da soberania e das relações de confiança e violatórias das liberdades individuais que nossos países tanto prezam."

E Kerry afirmou que os EUA não estão "surpresos" nem "aborrecidos" com as perguntas das autoridades brasileiras: "O Brasil merece respostas e as receberá. Nos últimos anos, infelizmente (...) houve muitos atentados a bomba, muitos inocentes foram sacrificados e mortos. O que os Estados Unidos buscam fazer é evitar que essas coisas aconteçam." (*Estadão Conteúdo*)

## Estados Unidos guardam Dilma

Após encontro de cerca de uma hora com a presidente Dilma Rousseff, o secretário de Estado norte-americano, John Kerry, disse que a reunião foi muito boa e que o governo dos Estados Unidos está aguardando a ida da presidente. Dilma irá aos Estados Unidos em outubro.

O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, o assessor especial para assuntos internacionais da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, e o embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Mauro Vieira,

também participaram da reunião entre Dilma e Kerry, no Palácio do Planalto.

Em dois meses, a presidente será recebida nos Estados Unidos com honras de chefe de Estado. A visita está marcada para 23 de outubro. O último brasileiro recebido da mesma forma foi o então presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995. A honraria é concedida pelos norte-americanos a raras autoridades. Dilma deve ser recebida na Casa Branca com um tapete vermelho e homenageada com um jantar de gala. (*Estadão Conteúdo*)

## Isenção de visto

O chanceler Antonio Patriota disse ontem que as discussões entre Brasil e Estados Unidos sobre o programa Global Entry têm apresentado resultados satisfatórios, com a possibilidade de algum resultado ser noticiado nos próximos meses.

Em março, os governos do Brasil e dos EUA acertaram a participação inicial de 1.500 viajantes frequentes no programa Global Entry, que permite a entrada em território norte-americano sem passar pelas filas de imigração. A facilidade não vai beneficiar turistas eventuais, só os que visitam

mais os EUA, na maioria das vezes em viagens a trabalho.

Ontem, o secretário de Estado dos EUA, John Kerry afirmou que o governo dos EUA está empenhado em "apressar ao máximo" o processo de solicitação do visto por parte dos brasileiros. "Nos orgulhamos de ter dinamizado nossas operações. Queremos que mais brasileiros venham aos EUA, em viagens a negócio, turismo, estudo, queremos facilitar esse processo. Vamos abrir novos consulados em BH e Porto Alegre, estamos avançando ao máximo para facilitar a questão do visto." (*EC*)